

À praça!

José Luis Estrada Liébana

*Para a minha mulher, Esther, a minha inspiração, o
ar que respiro. Aos meus pais, Adolfo
e Socorro, o meu refúgio, o antídoto
contra qualquer veneno. Às minhas filhas,
Hiral e Rayani, a ilusão da minha vida,
pura adrenalina.*

A geração assassina

Há mais de uma década que ouço que é hora de abrir

caminho à geração melhor preparada da História.

Pertenço por idade (52 anos) e pela minha condição sócio-laboral

(jornalista e diretor de jornais durante 20 anos) ao setor

mais juvenil da geração que tomou o Poder em Espanha no

início dos anos 80, com o advento da

democracia. Sou membro, portanto, da geração assassina,

politicamente falando, que expulsou do poder aos seus pais por

caretas, quadrados e retrógrados, e que impede os seus filhos de aceder

a este poder porque não se fia deles nem os crê capazes de lhes

garantira reforma de ouro até aos cem anos que

consideramos um direito irrenunciável.

Observo com assombro como esta geração de jovens

perfeitamente preparados suporta a pior crise económica

desde a Depressão dos anos 30, instalada na no fim da fila do desemprego,

na triste aspiração ao salário de mil euros ao mês, a precariedade laboral e

o

desencanto existencial, sem expressar a sua raiva nem mobilizar-se.

Esta geração não parece ser consciente de que vive amordaçada, apesar da liberdade que crê desfrutar na rede, com os seus "twitters, twentys, facebooks" e os milhares de links que cada dia conectam a milhões de pessoas fazendo realidade como nunca na História a expressão de cidadãos do mundo.

Só desde um estado anestésico geral pode entender-se que assistamos absortos à rebelião de milhões de jovens no Norte de África reivindicando trabalho, comida, democracia e, em resumo, liberdade. Eles morrem por milhares para conseguí-la, enquanto na cómoda, livre, divertida e rica Espanha sofremos já três anos de crise sem que tenhamos sido capazes nem de intuir como podemos formalizar, de uma vez por todas, a participação cidadã na vida pública e como podemos reduzir o monstro do Mercado à sua estrita utilidade.

Vivemos na era do corporativismo, uma corrente filosófica nascida da Revolução Francesa que utilizou a Razão pervertendo o seu verdadeiro sentido até alcançarem seu zênite no fascismo de Mussolini. Esta ideologia é a que recuperou e impôs em todo o mundo o Neoliberalismo, encontrando a sua perigosa vertente lúdica no Governo televisivo de

Berlusconi que, na Espanha, já assoma a sua monstruosa cabeça na degradante opinião que os espanhóis têm dos seus líderes políticos, segundo refletem os inquéritos. Espanto-me como este corporativismo conseguiu negar e socavar a legitimidade do indivíduo como cidadão numa democracia, exaltando o benefício próprio enegando o bem público.

Durante os três anos que levamos de crise, aplicando a memória histórica e o sentido comum, fomos conseguindo entender que sucedeu, porquê e por culpa de quem. No entanto, preocupa-me que, apesar disso, tenhamos ficado enredados no fatalismo do Mercado e, o que ainda é pior, que se esteja impondo a ideia de que podemos sair da crise sem que os seus causadores assumam a responsabilidade de ter roubado o futuro a essa geração melhor preparada da história.

A esses jovens dirijo este panfleto reivindicando a herança do filósofo da Razão, Voltaire, que tentar que a sua saturação se converta na indignação, como predica Hessel em França, e esta se converta na necessária mobilização para conquistar esse futuro roubado.

Cidadãos, não clientes

Durante as duas últimas décadas os nossos líderes económicos e políticos convenceram-nos de que Espanha era uma grande empresa, chamada a escalar as primeiras posições mundiais e que, portanto, devia de ser administrada como uma empresa em expansão, libertando-se de preconceitos sociais e políticos, como a proteção social, a prestação de serviços, as garantias de igualdade e a previsão de futuro; libertando-se, em resumo, do conceito de cidadão, para mudá-lo pelo de cliente.

O primeiro que se fez, como no resto do mundo ocidental, foi libertar o sistema económico por completo das ataduras que os políticos lhe tinham posto depois da Depressão dos anos 30, que mergulhou a meia humanidade na ruína, provocou fome, guerras e a morte de milhões de pessoas.

O pensamento neoliberal arrasou todo vestígio que levara o qualificativo de social e todo vestígio de controle público e político

do sistema financeiro. Este processo durou anos e implicou um trabalho enorme e caríssimo por parte dos lobys em Estados Unidos e Inglaterra, chegando a consumir-se na última década do século passado.

Uma vez livre de controles e regulamentos, o sistema financeiro teve a porta aberta para especular com o futuro e para se pôr o dinheiro a produzir dinheiro; em resumo, encontrou livre o caminho para a pedra filosofal, a quimera que, desde a sua invenção, tinham perseguido os bancos: a riqueza a cria o movimento do dinheiro, não o seu investimento no sistema produtivo. Dito em outras palavras: investir cria riqueza geral, mas jogar com o dinheiro cria riqueza para os jogadores, pois não há repartição do dinheiro, senão que só vai mudando de mãos... as mesmas mãos.

Várias crises no final do século XX e princípios do XXI, como as das Caixas de Poupança nos EUA ou a borbulha "ponto com", não serviram de advertência. O redescobrimento por enésima vez do cimento, a habitação e o solo como setores sólidos, inamovíveis e, portanto, indestrutíveis e em revalorização permanente (inventado e falido várias vezes ao largo da história, como em

Florida e Luisiana) permitiu pôr em movimento a maior borbulha imobiliária e a maior fraude bancária da História desde o crack de 29; desta vez chamaram-lhe engenharia financeira. O mais perigoso desta grande recessão é que não se circunscreeu a um só país, como tinha sucedido nas anteriores ocasiões, senão que, por consequência da globalização, prendeu como a pólvora em todo o mundo ocidental, ainda que em distintos graus.

A borbulha imobiliária

A grande fraude financeira criou-se em Wall Street e na City londinense e, em forma de hipotecas "sub prime", infetou a quase todo o sistema mundial, com a exceção de China e, curiosamente, alguns países como Espanha. No entanto, o outro grande frente da crise, a borbulha imobiliária, também criada no Estados Unidos, prendeu em vários países europeus, como Irlanda e, sobretudo, Espanha. Neste país a ilusão

que produzia uma das suas principais riquezas, o turismo, com cerca de 60 milhões de visitantes invadindo cada ano as suas costas e as suas cidades e demandando habitação e serviços estacionais, desencadeou uma febre construtora como nunca setinha conhecido em outro país em toda a História, o que, por sua vez, converteu o país em foco de atração de imigrantes paratrabalhar nesse setor, como se tratara da reconstrução de um país depois de ser devastado por uma guerra ou um terremoto.

A chegada ao poder de Aznar, aluno avantajado das teses neoliberais, substituiu o PSOE, artífice da grandemudança democrática e económica da Espanha dos 80, mas que na década dos 90 estava enredado na confusão burocrática que implicava sustentar-se no poder entre a defesa do europeísmo e do autonomismo, uma política que provoca a paralização do Estado por excesso de burocracia, mas sobretudo enredado na confusão da corrupção e do clientelismo. Aznar e os ideólogos neoliberais do PP tomaram por assalto a costa mediterrânea, pondo o urbanismo e a sua dilatada aplicação na democracia espanhola ao serviço da especulação e a borbulha imobiliária. A ponta do iceberg foi a Comunidade

Valenciana, onde se declarou por primeira vez a norma que permitiu legalizar a borbulha: todo o solo é urbanizável exceto aquele que seja especialmente protegido pela Lei. Isto quer dizer que se deseja evitar que se construa num bosque ou numa área protegida, deve-se iniciar um longo processo legal que quase sempre chegará tarde, porque o legal é meter as máquinas e começar a construir.

Esta norma estendeu-se rapidamente por todo o país e em poucos anos levantaram-se milhões de casas e de urbanizações em lugares que hoje envergonha olhar. Produziu-se assim o milagre espanhol do crescimento, reconhecido em todas as praças financeiras do mundo.

As empresas construtoras converteram-se, da noite para a manhã, nos novos reis Midas e estenderam-se os seus tentáculos por todo o setor produtivo, incluindo o industrial e, finalmente, acederam ao controle dos meios de comunicação e ao dos próprios políticos. Todas estas tramas, depois de explodir em pedaços a borbulha imobiliária, estão agora a sair à luz.

De qualquer forma, tal desastre não teria sido possível sem a

intervenção do sistema financeiro e político, este último máximo responsável por permitir e facilitar a impunidade legal da especulação financeira e empresarial.

O sistema financeiro espanhol, que teria conseguido sair imune à crise das hipotecas "sub prime", graças a uma política conservadora do Banco de Espanha, caiu cheio nas hipotecas "lixo" dadas a clientes sem capacidade de crédito e, o que é mais grave, no financiamento especulativo nas grandes empresas construtoras, imobiliárias e promotoras, hoje a maioria em quebra ou dependentes de uma reestruturação de dívida impossível, que, como empresas zombies, só adiou a sua morte uns anos mais.

Banqueiros e políticos

O poder político, neste caso já do PSOE e personificado em Zapatero, era consciente de que qualquer tentativa de furar a bolha imobiliária suporia uma travagem drástica de emprego

e do consumo, provocando assim a temida crise, indispensável, por outra parte, para o saneamento económico. Assim que preferiu ocultar e negar a realidade; inclusive defendeu e magnificou o sistema, afirmando uma e outra vez que a economia tinha superado as suas próprias leis e que as casas nunca baixariam de preço e seguiriam subindo indefinidamente, porque eram um dos poucos valores seguros. Esta política teria sido impraticável sem o apoio incondicional dos bancos e, sobretudo, das Caixas de Poupança, umas entidades bancárias únicas em todo o mundo na sua própria conceção, que permitiam a estas entidades semipúblicas (uma vez que não podem ter benefícios) atuar como bancos, mas sem o risco que estes têm para os seus acionistas. As Caixas de Poupança, controladas pelos políticos locais mas, sobretudo, pelos autonómicos, teceram uma confusão de interesses locais que financiou todo o boom especulativo e permitiu, por sua vez, o endividamento das instituições públicas, como câmaras, deputações e autonomias, financiando uma enorme expansão das obras públicas e um crescimento exorbitante do pessoal destas administrações. O sobredimensionamento em pessoal da

Administração realizou-se através da contratação direta e da criação de entidades públicas interadministrativas que as levaram a uma dívida insustentável e a um déficit brutal.

Ao estalar a bolha imobiliária paralisou-se a construção, que já somava então um milhão de casas vazias e outras duas de iniciadas, aprovadas ou em distintas fases de execução. O detonante do estalido da bolha imobiliária foi, desde logo, a crise mundial iniciada nos Estados Unidos com a caída de Lehman Brothers, que instaurou a desconfiança na solidez bancária mundial e travou em seco o empréstimo interbancário, verdadeiro combustível do sistema. Esta desconfiança financeira paralisou em seco o crédito às empresas construtoras e promotoras, todas elas endividadas até dez vezes mais da sua capacidade real. Paralisaram-se assim a construção e a venda de casas, e disparou-se o desemprego, que arrastou por sua vez a todos os setores, incluindo o industrial, e destruiu o setor dos autónomos e as pymes, verdadeiro motor do crescimento espanhol.

A suspeita de contas falsas entre todos os bancos do mundo secou também o crédito ao consumo e sacou à luz as hipotecas

“lixo” espanholas que, contrariando a norma seguida nos países europeus como França e Alemanha, impedia dar hipotecas por maior valor do 60% do preço de taxaço, chegando -se a conceder hipotecas até o 110% do seu valor. Isto deu lugar a que milhões de espanhóis e de imigrantes (muitos deles com contratos temporais) ficaram presos nas hipotecas, que passaram, por sua vez, a aumentar a dívida bancária.

As hipotecas privadas impossíveis de pagar e os créditos imobiliários impossíveis de cobrar pelos bancos, foram ocultados e camuflados inicialmente pelas entidades bancárias, e essas armadilhas fizeram que ficasse em evidência todo o sistema financeiro espanhol, antes elogiado e aplaudido desde o outro lado do Atlântico. Este facto foi chave para a desconfiança das agências de qualificação mundial (Moody's, Fitch y Standar and Poor's), que desceram sistematicamente a qualificação do país, elevando o seu risco e provocando a crise da dívida, processo que já foi requerido o resgate de países como Grécia, Irlanda e Portugal.

Esta crise da dívida, que nestes momentos padecemos, não se entenderia sem a quebra do setor público em todos estes

países e em Espanha em particular. O crescimento histórico provocado pela borbulha imobiliária permitiu a rebaixa histórica das cifras do desemprego em Espanha (chegou-se ao denominadodesemprego zero masculino, cifrado em 5%). Isto gerou umaarrecadação de impostos histórica, que gerou pela primeira vez o superávit de que tanto presumiram Aznar e Zapatero na sua primeira legislatura, e também o orgulho de ambos políticos nas duas últimas décadas: o chamadomealheiro da Segurança Social, que acumulou quase cem mil milhões de euros e que agora está a ponto de se romper para salvar o sistema de quebra.

O superávit (maiores ingressos que gastos), animado pela euforia do sistema financeiro, já livre de todas as ataduras do controle político, permitiu algumas coisas boas, como a inversão em infraestruturas de futuro, cujo símbolo mais representativo e também invejado em todo o mundo é a rede doTGV, mas sobretudo financiou a megalomania política (Espanha converteu - se no paraíso mundial dos arquitetos de desenho) e o que é mais grave, permitiu a multiplicação do setor público a todos os níveis: os governos, estatal,

autonómico, provincial e municipal, que, utilizando a via das fundações, consórcios e empresas públicas, que implicavam a todas as administrações, através das que tinham desviado milhares de milhões de dinheiro público fora do controle orçamental legal ordinário e cujo buraco real ainda hoje se desconhece.

O resultado lógico do estalido, primeiro da crise financeira nos USA e depois da imobiliária em Espanha, foi a paralisação da obra pública (já impossível de financiar) e o descobrimento de um setor público inchado e insustentável, com milhares de funcionários e serviços desnecessários.

Um país na ruína

A rede administrativa e laboral espanhola, herdado do franquismo e consolidado na Transição, meteu numa armadilha sem saída a toda a Administração espanhola, armadilha que gerou o deficit público histórico de 11% em 2009, que deu lugar no passado ano, junto com a dívida privada provocada pela borbulha imobiliária e bancária, à maior

crise da história recente do nosso país, quando, depois da queda da Grécia, estava a ponto de se quebrar e teve de ser salva pela Europa, o que obrigou Zapatero a mudar radicalmente sua política, com as reformas já conhecidas que agora sofremos.

Tudo tem a mesma origem. A bolha imobiliária provocou crescimento e maiores ingressos públicos via impostos e crédito institucional. Uma vez explorada, caem drasticamente os ingressos, aumentam os gastos sociais de proteção e corta-se o crédito, mas o deficit mantém-se porque tem que se pagar as dívidas contraídas e poupança é impossível porque é impossível (enquanto não se mudem as leis e exista um grande convénio nacional) despedir funcionários e flexibilizar serviços.

Hoje, o gasto corrente de trabalhadores e manutenção de serviços chega a abarcar até o 90% do orçamento de muitas administrações locais, provinciais e autonómicas. Se a isto juntamos o custo da dívida que financiou a megalomania política da grande expansão, encontramos-nos com que todas as administrações levam já somando três anos de deficit e são incapazes de apresentar um plano crível.

Isto é o que sabe o denominado Mercado, representado por as três agências de qualificação mundial, e o recorda periodicamente, provocando com isso o encarecimento da dívida, o aumento do diferencial com a Alemanha e o encarecimento do prémio de risco que cada pouco tempo ameaça somar a Espanha no clube dos PIGS (acrónimo de Portugal, Irlanda, Grecia e Spain, " porcos" em inglês) já caídos, sentenciados pelos mercados à quebra há já três anos.

Porqué Zapatero deve ir embora e Rajoy não deve voltar

Chegados a este ponto, entende-se facilmente porquê Zapatero deve ir embora e Rajoy não deve voltar. O primeiro deve ir embora porque soube e pôde picar a borbulha imobiliária, mas negou-se a fazê-lo para não provocar uma crise que tivesse sido manejável, mas que lhe faziatremer no poder, preferindo de contrário negá-la, enganando assim a todos os espanhóis e provocando um sofrimento muito maior, com quase cinco milhões de desempregados, e mantendo a Espanha à margem do precipício da quebra, com uma dívida crescente por causa de um deficit brutal do qual é o máximo responsável. E Rajoy não pode voltar porque formou parte do Governo de Aznar que

pôs as bases da bolha imobiliária, abraçando todas as teses neoliberais, assim como a desregulamentação bancária que consolidou a bolha, mas, sobretudo, porque defende, protege e apoia em Valência aos verdadeiros impulsionadores e propagandistas da bolha; ali, em Valência, é onde esta prosperou mais, graças à corrupção de todas as instituições, e Rajoy está a tapar e obstaculizar o único processo iniciado em Espanha para desvelar a rede política, empresarial, financeira e mediática que se iniciou em Espanha contra os corruptos que mais beneficiaram da atual crise, o caso Gürtel.

¡À praça!

O mundo está a sofrer uma mudança, uma mutação de proporções insuspeitas. Estamos mudando, como afirma Alexandro Baricco, talvez para uma nova civilização que podemos intuir e visualizar no mundo de Google, de Internet e Facebook, porque do que alguns sim temos a certeza é de

que constituímos uma fronteira que se move para território desconhecido. Somos os jovens sem futuro e também os maduros mal parados; os que não renunciamos ao passado, mas sabemos reconhecer debaixo do seu brilho de bazar chinês uma lixeira de ruínas da que estamos dispostos a resgatar aquilo que nos sirva como ponte de passo para construirmos o nosso novo lar, como fizeram tantas e tantas civilizações antes da nossa. Esse sonho mantém-se hoje vivo, representando o símbolo da legitimidade cidadã horizontal, frente à vertical; estou a falar, por exemplo, do que representa no mundo da arte a Alhambra de Granada ou a Igreja de Constantinopla frente às pirâmides do Egito ou o Coliseu de Roma, hoje a ponto de se privatizar para se converter num Disneyworld de dois mil anos.

Este panfleto não pretende aprofundar, de forma aborrecida e habitualmente inútil, em toda a história das ideias, mas sim parte de ela, porque se teceu com numerosas leituras, surfando durante anos sobre os livros para detetar instruções de uso que não estão na linguagem de Guttenberg, senão na vida. Com a intenção de ligar com as novas gerações de leitores, a quem o corporativismo

dominante acusa de queimar - se os neurónios com o uso compulsivo das novas tecnologias, mas que considero verdadeiros mutantes ou, dito na nossa velha linguagem humanista, génios.

Reivindico, com Ralston Saul, o direito a fazer uma viagem iniciática sem a expectativa de chegar a alcançar um fim, sem esperança de encontrar a verdade, como Sócrates; e reivindico o humanismo prático, para poder viver numa sociedade que só seguirá existindo enquanto os seus cidadãos acreditem nela e continuem a trabalhar por ela, uma sociedade que não nos pretenda vender, como até agora, instituições eternas com as que nos fazem acreditar que conseguimos vencer o tempo, para depois nos pedir que fiquemos imóveis.

Reivindico uma sociedade que não repise aos jovens durante o melhor período da sua vida, para súper especializá-los antes dos 20 anos e convertê-los em máquinas de fazer dinheiro do Mercado e a Tecnologia com maiúsculas, para depois deixá-los parados na reforma outros 30 anos a jogar golfe ou deitados numa praia. Reivindico que os jovens possam dispor da sua juventude e utilizar esse tempo para se formar

integralmente, como pessoas, cidadãos e colaboradores do bem público, sem ter que esperar deixar de ser jovens para que lhes devolvam o tempo roubado e já inútil.

Repúdio a vertiginosa carreira até ao profissionalismo e a especializações sobre a chantagem constante de cair na ineficiência, o caos e a quebra. Repúdio os planos de Bolonha, porque não contemplam nenhuma obrigação para com a sociedade de cidadãos, que não clientes, que devemos construir, não só para o Mercado, o que nos afasta de um mundo governado pela razão e nos devolve a um tipo de sociedade mais parecida à medieval, afundada na superstição e na escuridão.

Reivindico a crítica sistemática a todos os níveis profissionais. Oponho-me aos segredos de Estado e aos contratos de confidencialidade profissional, que amordaçam desde o advogado até ao dentista, passando pelo cozinheiro e o mecânico. Defendo Wikileaks e abomino as rodas de prensa sem perguntas.

Reivindico o voto reflexivo e o debate público dos políticos e repúdio aos referendos sobre temas irrelevantes, que se utilizam como entretenimentos para ocultar os verdadeiros

problemas citadinos, porque o uso compulsivo deste mecanismo democrático, tanto nas urnas como na rede, costuma acabar convertendo-se em plebiscito, que foi e é a ferramenta mais sofisticada do fascismo.

Repúdio a linguagem especializada e corporativista, que se foi convertendo e, dialetos herméticos utilizados como ferramentas de poder excludentes. Repúdio as escolas empresariais e de negócios que se propõem como modelo de futuro para as nossas universidades, com prémios Nobel de Economia à frente que puseram a sua nova engenharia financeira ao serviço da especulação e alguns, com nomes e apelidos, estão entre os autênticos culpados desta crise, e repúdio que estes economistas tenham ocupado o espaço dos pensadores, atraíndo os cidadãos para poder desfrutar de retiros dourados nos seus iates e jets privados.

Não podemos mudar a sociedade, mas sim podemos mudar o passo, precisamente para poder abrir passo na confusão da corrupção. Não podemos colaborar de maneira desinteressada no bem comum se não travamos a acelerada carreira à que nos empurraram, na que há que dar as costas a cinco milhões

de desempregados porque se aceita essa realidade, esta sociedade de alta velocidade parar-se-ia.

Reivindico, como, Ralston Saul, o equilíbrio que impossibilite a certeza de qualquer ideologia, o direito à dúvida e o uso livre dessa dúvida como mecanismo de controle do poder. Reivindico o direito do indivíduo a ser um cidadão criativo, ético, intuitivo, com memória histórica, razoável e com sentido comum, numa sociedade verdadeiramente democrática.

E reivindico, finalmente, a mobilização frente à mais que lógica indignação que agora temos; o inconformismo e o protesto na praça pública. É o nosso espaço e é o

momento. Mobilizai-vos, recuperai o foro público. Emulando a

Gabriel Celaya: "À praça, que já é hora de nos passearmos livres e mostrar que, vivemos, anunciamos algo novo!".

Traducción: Sofía Cristina Gomes da Silva

(Idiomas León)